



Isabela Friedewald Maia

**Sensibilidade multicultural e privilégio: o papel da
consciência crítica e das crenças meritocráticas**

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Joana Cabral

fevereiro 2023



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Isabela Friedewald Maia

**Sensibilidade multicultural e privilégio: o papel da
consciência crítica e das crenças meritocráticas**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
17/02/2023 perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Diogo Lamela

Arguente: Prof^ª. Doutora Leonor Pereira da Costa

Orientador: Prof^ª. Doutora Joana Cabral

fevereiro 2023

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, a qual se compromete

Agradecimentos

Agradeço à Professora Dr^a Joana Cabral pela atenção e a disponibilidade que me ofereceu ao longo do meu percurso académico e especialmente durante a dissertação. Assim como, agradeço imenso o apoio e a partilha de novos conhecimentos, mesmo nos momentos mais desafiantes.

Ao meu grupo de dissertação, agradeço à Maria e ao Daniel pelo apoio constante e por me ajudarem nos momentos de aflição e desesperança, por me darem força e me lembrarem que não estava sozinha.

Agradeço ao meu Pai e à Zeza, por tornarem os meus sonhos possível e pelo apoio e amor que recebo, mesmo quando tudo dá errado. Adoro-vos incondicionalmente.

Für meine mama, ich danke dir für alles was du mir geschenk hast, alle deine liebe und Mut. Ich habbe dich sehr liebe, auch wen ich es nicht sagen kann.

Às minhas Joanas, as pessoas que me mais apoiaram neste percurso académico, e que me ajudaram a tornar-me a melhor versão de mim, agradeço por estarem ao meu lado, nos momentos mais difíceis e mesmo nos mais simples, obrigada por me amarem de uma forma incondicional. Amo-vos imenso e desejo-vos o melhor sempre.

Às minhas parceiras em crime, Sofia, Inês e Laura, por me terem acolhido no vosso mundo, obrigada por estarem ao meu lado e por me ajudarem a tornar-me uma pessoa mais feliz e risonha. Obrigada por estarem sempre comigo, pelo amor e carinho que me dão e por todos os segredos que partilhamos.

Às minhas 8 estrelinhas, por serem a minha maior inspiração e por me incentivarem a sonhar sobre o impossível e por me guiarem mesmo na escuridão.

Sensibilidade multicultural e privilégio: o papel da consciência crítica e das crenças meritocráticas

Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar a associação entre a consciência crítica e crenças meritocráticas, e adicionalmente compreender o seu impacto na sensibilidade multicultural e capacidade de detetar microagressões. **Método:** A amostra inclui 64 participantes, 49 (76.6%) do género feminino, 10 (15.6%) género masculino, 2 (3.1%) não binário, 1 (1.6%) outro, com idades compreendidas entre os 19 e os 56 anos ($M = 29.5$, $DP = 10.8$). Como instrumentos foram utilizados: a *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM); *Short Critical Consciousness Scale* (ShoCC); *Perceptions Meritocracy Exists Scale* (PME); Inventário de Desigualdade Percebida (IDP-R); Cenários para Detecção de Microagressões e Avaliação da Sensibilidade Multicultural; **Resultado:** Observou-se uma associação significativa entre níveis superiores de consciência crítica das desigualdades sociais, baixa preferência e crenças meritocráticas e níveis superiores de deteção de microagressões e sensibilidade multicultural. **Conclusões:** Os resultados destacam a relevância da promoção da consciência crítica e da consciência de classe nos contextos de intervenção, incentivando o remodelamento do ensino e formação do/as profissionais destas áreas, inovando a intervenção e interação com minorias e grupos marginalizados.

Palavras-chave: Consciência Crítica; Microagressões; Meritocracia; Interseccionalidade; Competências Transculturais;

Multicultural sensitivity and privilege: the role of critical consciousness and meritocratic beliefs

Abstract

The present aims to explore the association between critical consciousness and meritocratic beliefs and understand its impact on multicultural sensitivity and the ability to detect microaggressions. **Method:** The sample included 64 participants, 49 (76.6%) female, 10 (15.6%) male, 2 (3.1%) non-binary, 1 (1.6%) other, and aged from 19 to 56 years ($M = 29.5$, $DP = 10.8$). The following instruments were used: a *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM); *Short Critical Consciousness Scale* (ShoCC); *Perceptions Meritocracy Exists Scale* (PME); Perceived Inequality Inventory (IDP-R); Scenarios for Microaggression Scan and Multicultural Sensitivity Assessment; **Results:** A significant association was observed between higher levels of critical awareness of social inequalities, low preference and meritocratic beliefs, and higher levels of microaggression and multicultural sensitivity. **Conclusions:** The results highlight the relevance of promoting critical awareness and class awareness in the contexts of intervention, encouraging the remodelling of the teaching and training of professionals in these areas, and innovating the intervention and interaction with minorities and marginalized groups.

Keywords: Critical Consciousness; Microaggressions; Meritocracy; Intersectionality; Cross-cultural Skills;

Índice

Índice	1
Índice de tabelas e figuras	2
Lista de Abreviaturas	3
Revisão de Literatura	4
Desigualdades na intervenção social	4
Consciência Crítica	6
Meritocracia, interseccionalidade e privilégio	8
Microagressões e competências multiculturais	10
Método	12
Participantes	12
Procedimentos	13
Instrumentos	14
Análise Estatística de Dados	17
Resultados	17
Análise descritivas preliminares	17
Análises de Correlação	18
Análises de moderação	22
Discussão	24
Conclusão	28
Referências	30

Índice de tabelas e figuras

Tabela 1. <i>Teste t-Student com as variáveis da capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade multicultural</i>	18
Tabela 2. <i>Teste t-Student com as subescalas das variáveis da capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade multicultural</i>	18
Tabela 3. <i>Correlações bivariadas entre a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica</i>	19
Tabela 4. <i>Correlações bivariadas entre a capacidade de detetar microagressões e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica</i>	20
Tabela 5. <i>Correlações bivariadas entre a sensibilidade multicultural e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica</i>	21
Tabela 6. <i>Correlações bivariadas entre a participação em movimentos ativistas e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica</i>	21
Figura 1. <i>Representação gráfica do efeito de moderação na deteção de microagressões étnico-raciais</i>	23
Figura 2. <i>Representação gráfica do efeito de moderação na sensibilidade multicultural socioeconómica</i>	23

Lista de Abreviaturas

CCCM – *Contemporary Critical Consciousness Measure*

ShoCC – *Short Critical Consciousness Scale*

PME – *Perceptions Meritocracy Exists Scale*

IDP – Inventário de Desigualdade Percebida

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

GSD – Grupos socialmente discriminados

CC – Consciência Crítica

Revisão de Literatura

As demandas de inclusividade, justiça social e igualdades de direitos tem vindo a aumentar e em simultâneo as narrativas sociais tendem a reclamar a transformação dos sistemas estruturais formados sobre ideais discriminatórios (Brown et al., 2019), que continuam a gerar um impacto real e prejudicial sobre pessoas e grupos racializados e socialmente discriminados. Em simultâneo, o sistema de crenças meritocráticas enraizado na identidade branca e na posição de privilégio, resultante de um legado colonial, reforça ideais racistas que impedem o reconhecimento dos obstáculos sociais e estruturais (Godfrey & Wolf, 2016). Na sociedade contemporânea tem-se verificado uma transição de formas tradicionais de discriminação, mais ofensivas e evidentes, para formas mais subtis e ambíguas, muitas vezes manifestadas em microagressões (Weber et al., 2017). A consciência crítica permite reconhecer e converter estes ideais e atitudes problemáticas, na medida em que favorece uma reflexão sobre a identidade e posição social, permitindo o reconhecimento e reavaliação de crenças e valores que reforçam as estruturas discriminatórias. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo explorar a associação entre a consciência crítica e crenças meritocráticas, e adicionalmente compreender o seu impacto na sensibilidade multicultural e capacidade de detetar microagressões e, por fim, procura explicar a relevância da consciência crítica nos contextos de intervenção social, tal como, incentivar o remodelamento do ensino e formação dos/as profissionais destas áreas, inovando a intervenção e interação com minorias e grupos marginalizados.

Desigualdades na intervenção social

A desigualdade, discriminação e racismo estão profundamente enraizados nas estruturas de organização socioeconómica das sociedades capitalistas, tal como, nas instituições e estrutura das relações sociais. Paralelamente, as regras e normas subjetivas são igualmente formuladas partindo legados coloniais e patriarcais e de imaginários e crenças eurocêntricas (Davison et al., 2020). Como consequência, mulheres, pessoas racializadas, economicamente vulneráveis e LGBTQIA+ são diária e estruturalmente discriminadas devido ao seu sexo, etnia, origem, aparência física, cor de pele e identidade sexual, e podem ter o seu acesso a serviços de saúde, educação ou oportunidades de emprego dificultado e obstaculizado (Godley, 2018). Acresce que, a discriminação estrutural falha em prestar um serviço apropriado e profissional a sujeitos devido à sua

cultura e etnia, identidade de gênero e sexualidade, criando ambientes hostis e abusivos (Bohonos, 2019).

As crenças, atitudes e expectativas circulam na sociedade e na cultura de uma forma implícita e a um nível, muitas vezes, inconsciente, e nelas são fortalecidos conceitos irrealistas sobre a *realidade* social (Bohonos, 2019). Através da socialização e com base no tratamento social, as pessoas são apresentadas crenças tidas como consensuais sobre a competência relativa e o valor subjetivo dos membros da categoria social à qual pertencem e, as categorias sociais às quais pertencem outras pessoas de grupos tidos como diferentes e, por vezes, inferiores. (Melamed et al., 2019).

A literatura aponta que enquanto as pessoas negras e outras racializadas são prejudicadas e discriminadas no ambiente de trabalho, os/as seus/suas colegas brancos/as tendem a ser mais facilmente promovidos/as; e a estar menos propensos a serem despedidos/as (Melamed et al., 2019). Conseqüentemente, estas discrepâncias entre estes grupos, resultam e reforçam a internalização de estereótipos e expectativas a respeito das competências e metas aspiracionais das pessoas racializadas.

Vários estudos têm explorado o impacto das desigualdades no bem-estar de pessoas de grupos socialmente discriminados (GSD) (Godfrey & Wolf, 2016), assim como, têm abordado as formas distintas de justificar a desigualdade socioeconômica, concluindo que há um viés atribucional da condição econômica social a causas individuais como a falta de responsabilidade, de esforço e competência (Wachelke et al., 2020). E, como resultado, as atribuições individuais, falham a reconhecer a existência de causas estruturais como os baixos salários, conflitos sociopolíticos, discriminação e dificuldades no acesso à educação (Marchand et al., 2019).

Uma vez que a sociedade opera sobre estas ideologias discriminatórias e prejudiciais, igualmente, as ciências e estudos universais são influenciadas por estas crenças. Em consequência, a maioria dos conhecimentos e estudos científicos da Psicologia e de outras áreas de intervenção, foram desenvolvidos, destinados e aplicados a experiências daqueles que são privilegiados, do grupo dominante branco, heteronormativo, patriarcal e masculino (Saleem et al., 2019). Segundo ao estudo de Kline e colaboradores (2018), os principais conhecimentos sobre a psicologia centram-se 90% em estudos feitos com população americana, europeia e/ou países de língua inglesa e, apenas 7% dos estudos incluem participantes de população não ocidental.

Os planos de tratamento e intervenção assumem uma posição individualista, que se concentra na autossuperação, desvalorizando causas de origem sociocultural, onde a intervenção convencional não é a mais adequada. Desta forma, é expectável que estes aspetos influenciam diretamente a relação entre os/as profissionais e os/as seus/suas clientes com uma identidade cultural diferente (Kline et al., 2018), e que os planos de intervenção *tradicionais* falham em identificar que o bem-estar das minorias não depende exclusivamente das suas características e histórias individuais, mas são um resultado da interação de múltiplos fatores da identidade e estrutura social.

Consciência Crítica

A consciência crítica engloba o reconhecimento do impacto dos modelos económicos, políticos, históricos e sociais, e como estes moldam e influenciam o quotidiano dos grupos e ao mesmo tempo, assume a existência de privilégios para alguns grupos sociais e de exclusões e obstáculos para outras identidades e grupos sociais (Monjaras-Gaytan et al., 2021). De acordo com a literatura, percebe-se que pessoas com níveis superiores de consciência crítica tem mais facilidade em perceber a sua própria identidade, atitudes e como estas podem estar a reforçar e apoiar estruturas injustas (Jemal, 2017).

De forma a garantir respostas sociais apropriadas aos/às clientes de grupos socialmente discriminados (GSD), é essencial desafiar e redefinir as crenças de privilégio eurocêtricas das áreas de intervenção social, e explorar outras alternativas de investigação, formação e prática, que promovam a consciência crítica dos/as profissionais dentro e fora dos seus contextos de atuação, e o desenvolvimento de conhecimentos e competências cultural e politicamente instruídos. E, de modo que estes/as sejam capazes de incorporar perspetivas e atitudes transdisciplinares e transculturais, implica reconhecer o sofrimento histórico e injustiça, desigualdades estruturais e institucionais a que a sujes pessoas racializadas estão sujeitas (Saleem et al., 2019). Ao reconhecer que as dificuldades e o sofrimento do/a cliente podem ser uma consequência direta ou indireta da opressão, percebe-se que estas experiências e sofrimento requerem soluções institucionais e estruturais, diferentes das intervenções convencionais e desenvolvidas no quadro do sistema de valores eurocêntrico e branco hegemónico.

A capacidade de ter consciência crítica, incentiva quer o/a profissional, quer os/as seus/suas clientes a serem responsáveis pelas suas ações e atitudes, a serem responsáveis e proativos pela mudança da desconstrução de ideais discriminatórios (Marchand et al., 2019). Esta posição permite a cada pessoa a compreender a influência cultural na sua

identidade terapêutica e profissional, como também, facilita a prevenção e identificação de microagressões, insultos e outras potenciais reações que possam prejudicar a aliança, o processo de intervenção, e a experiência do/a cliente (Kline et al., 2018). Nas áreas de intervenção social, o/a profissional deve ter um conhecimento vasto e inclusivo sobre as variáveis e diferenças culturais, incluindo ao nível da linguagem e etnia, mas também sobre outras variáveis socialmente construídas e conotadas, como o género, orientação sexual, classe, religião e idade (Cadenas et al., 2020).

Da mesma forma, que a consciência das diferenças étnicas e culturais é essencial, também é a consciência de classe. Numa revisão crítica de Lee e colaboradores (2021), foi demonstrado que as atitudes e crenças classistas existem igualmente no contexto profissional e terapêutico e que a falta de consciência sobre as crenças classicistas e meritocráticas leva a que os/as clientes sintam que as suas experiências e sofrimento são desvalorizados e ignorados.

A consciência crítica, permite aos/às profissionais, desenvolver uma nova compreensão e introspeção sobre a sua própria identidade e experiência, criando uma oportunidade de crescimento pessoal, que implica avaliar a sua postura perante os outros, não só num nível pessoal, mas também sociopolítico, perceber qual é o seu papel na sociedade, e como a sua identidade e as suas atitudes influenciam o seu meio e o meio dos outros. Um/uma profissional consciente não separa as suas identidades entre institucional e pessoal, mas compreende que estas identidades estão interligadas (Hernández et al., 2005).

Para que o/a terapeuta e outros/as profissionais consigam promover um contexto de intervenção mais inclusivo e de equidade, é necessário estarem predispostos/as a desconstruir as crenças e padrões de comportamento que apoiam e reforçam interações de discriminação e, ao mesmo tempo, perceber como estes podem afetar os/as seus/suas clientes. No contexto terapêutico, o/a terapeuta não deve evitar as conversas difíceis e constrangedoras sobre a discriminação, antes, deve abordar estes temas e perceber como estes domínios de opressão implicam e manifestam-se no bem-estar dos/as clientes (Hernández et al., 2005).

A falta de consciência crítica por parte dos/das profissionais mostra ter um impacto irrefutável na perceção sobre as áreas de intervenção social das pessoas de GSD, e percebe-se que esta falta de consciência e de reconhecimento de desigualdade social e económica não só falha na prestação de cuidados e serviços apropriados aos GSD, como

também coloca estas pessoas num risco maior de problemas de saúde-mental e física (Alang, 2019).

Meritocracia, interseccionalidade e privilégio

A crença meritocrática é um recurso a atribuições individuais para explicar a desigualdade, ou seja, a atribuição das condições sociais apenas ao esforço e mérito individual, baseia-se numa ideologia ou crença meritocrática, que defende a existência de oportunidades igualitárias e alcançáveis, e a existência de mobilidade social acessível a todas as pessoas, partindo da premissa de que a própria pessoa tem capacidade de mudar as suas circunstâncias socioeconómicas, a partir de recursos individuais, como o trabalho árduo, dedicação, motivação, independentes das relações sociais privilegiadas (Wachelke et al., 2020). Na ideologia meritocrática, estão incluídas crenças de outras *doutrinas* ocidentais incluindo a ética de trabalho protestante, onde o esforço e o trabalho são considerados uma responsabilidade moral e recompensável, na crença que o mundo será justo para quem trabalhe e que cada indivíduo tem as mesmas oportunidades (Hess & Ledgerwood, 2013).

Este conjunto de crenças é utilizado como forma de justificar as desigualdades entre grupos, invalidando fatores sistemáticos e estruturais (Hess & Ledgerwood, 2013). Essencialmente, as crenças meritocráticas englobam a negação da existência de injustiça social e de exploração, a racionalização dos papéis sociais e culpabilização individual pela situação de pobreza e desvantagem social, justificando as desigualdades presentes no sistema social.

De acordo com os resultados do estudo de Godfrey e Wolf (2016), é possível que mesmo membros de GSD recorrem a atribuições individuais e meritocráticas para explicar a sua situação de desigualdade socioeconómica. Da mesma forma, foi possível concluir que aqueles/as que atribuem ao sucesso ou insucesso socioeconómico características individuais, apresentam menores níveis de consciência e conhecimento sobre os fatores estruturais e sistémicos, e sobre a forma como estes afetam o sucesso individual (Godfrey & Wolf, 2016).

Assim, entende-se que as crenças meritocráticas e a causa das desigualdades são percecionadas, tem uma ligação clara com o desenvolvimento da consciência crítica sobre o mundo e o seu funcionamento, dificultando o reconhecimento dos obstáculos e distinções estruturais (Godfrey & Wolf, 2016). Pelo contrário, as atribuições estruturais e as causas

sistémicas estão associadas ao desenvolvimento da consciência crítica, o que por sua vez, leva ao reconhecimento e compreensão extensa de como as desigualdades são moldadas por processos históricos, culturais, económicos e políticos (Godfrey & Wolf, 2016). Como já foi referido anteriormente, para além de reconhecer os obstáculos existentes para os grupos marginalizados, a consciência crítica implica ainda o conhecimento e a consciência dos privilégios que outros grupos possuem e que facilitam o seu *sucesso* e o acesso a poder social (Bhopal, 2020).

Numa sociedade desigual é inevitável que grupos com características socialmente valorizadas beneficiem de vantagens, imunidade e acesso facilitado a determinados serviços e estilos de vida, que outros grupos não têm (Bhopal, 2020). A posição de maior ou menor privilégio, não se reduz à identidade racial. Recorrendo à teoria da interseccionalidade, fatores como, a etnia, o género, classe e sexualidade não são variáveis isoladas, mas sim estão profundamente interligadas, e em função da sua interceção fazem variar e moldam as experiências de vida de cada pessoa (Severs et al., 2016). Logo, percebe-se que uma pessoa pode pertencer a um ou mais grupos de privilégio, e simultaneamente, pertencer a um grupo marginalizado experienciando discriminações devido a facetas específicas da sua identidade (Davison et al., 2020). A mulher branca usufrui do privilégio da sua pertença étnica e racial, mas é prejudicada pela sua identidade de género. Assim, nas sociedades existe uma “hierarquia de opressão”, onde a vítima de opressão torna-se o opressor para outros grupos menos privilegiados.

O próprio privilégio e vantagens dos grupos dominantes são reforçados pelos diversos sectores institucionais, como os sistemas policiais, instituições governamentais e incluindo os sistemas educativos (Davison et al., 2020). Por conseguinte, a posição de privilégio é muitas vezes acompanhada por um viés na representação da justiça e equidade dos sistemas sociais, uma posição defensiva que protege a identidade branca. A ideologia de daltonismo social ou “*color blindness*”, defende a ideia de que a “raça”¹ não deve ser valorizada e de que é possível e desejável não “ver cor” (Petts, 2020). Esta posição resulta numa desvalorização da desigualdade estrutural e impede a capacidade de reconhecer que pessoas com diferentes “cores de pele” são expostas a diferentes oportunidades e que as que pessoas racializadas, não-brancas, não experienciam os mesmos benefícios ou vantagens devido à sua etnia e identidade social (Bohonos, 2019).

¹ raça - a palavra “raça” refere-se a uma categoria social e não biológica;

A meritocracia sustenta o sistema desigual entre os grupos sociais, incorporando crenças de outras ideologias discriminatórias, como a justificação do sistema, o que leva ao desenvolvimento de atitudes e atribuições internas negativas sobre o estatuto social dos GSD (Son Hing et al., 2011).

Microagressões e competências multiculturais

Com o crescimento da diversidade cultural, surge a necessidade de atualizar e reformular os planos de ensino e formação dos/as profissionais de áreas de intervenção social, incluindo os conceitos de interseccionalidade, consciência crítica e sensibilidade cultural (Kwong, 2020). A abordagem transcultural, incentiva o/a profissional a desenvolver competências multiculturais que beneficiem a intervenção com clientes culturalmente diferentes, facilitando o desenvolvimento da aliança, a partilha de pontos de vista des/semelhantes e a procurar formas de *trabalhar* colaborativa e construtivamente com as dificuldades do/a cliente (Lee et al., 2021). Adicionalmente, às competências terapêuticas, o/a profissional deve desenvolver conhecimento e consciência acerca da interligação entre os sistemas de opressão, discriminação e microagressões e do seu impacto com membros de grupos minoritários (Brown et al., 2019). O/a profissional deve compreender a influência da cultura na identidade e experiência individual do/a cliente, perceber que a cultura inclui não só diferentes costumes, mas também molda a sua linguagem, valores, crenças, filosofias e outros aspetos do funcionamento psicológico (Cadenas et al., 2020).

Para mais, esta abordagem nomeia diversas competências multiculturais que o/a profissional deve adotar de forma a tornar os espaços de intervenção social mais inclusivos, permitindo a adoção de técnicas e estratégias de intervenção mais adequada à prática transcultural (Lee et al., 2021). Entre quais, a incorporação de um estilo de comunicação mais inclusivo, utilizando expressões e termos habituais do/a cliente, consciência do impacto que a classe social, etnia, cultura e género têm na percepção de poder entre o/a profissional e o/a cliente (Lee et al., 2021).

Nas alianças transculturais, é essencial que o/a profissional branco/a tome uma postura consciente sobre a sua identidade e privilégios e vieses que lhe estão associados, bem como sobre o impacto que estes têm na construção de uma aliança terapêutica. Tal implica a compreensão e reconhecimento de microagressões e outras atitudes discriminatórias encobertas que podem levar a uma rutura na aliança. Além disso, no processo da intervenção pode ser clinicamente necessário *desmantelar* o ideal do individualismo, onde

somente a própria pessoa é responsável por ultrapassar as suas dificuldades, um ideal originado pelas ideologias de meritocracia e supremacia branca (Bhopal, 2020).

De acordo com Sue e colaboradores (2007), as microagressões referem-se a comentários, comportamentos e atitudes negativas e derogatórios direcionados a grupos marginalizados e outras minorias, estas incluem invalidações de emoções, pensamentos e acontecimentos, insultos comportamentais ou verbais e agressões claras e evidentes (Weber et al., 2017). A prática destas pode ocorrer de forma inconsciente ou de forma intencional, e são associadas a sentimentos de defensividade e raiva que impedem a exploração e a desconstrução dos viés e preconceitos pessoais para com minorias ou GSD (Sue et al., 2007).

De acordo com o Modelo de Stress Minoritário (Meyer, 2003 citado por Kwong, 2020), existe uma associação significativa entre o bem-estar e a saúde-mental das minorias e a experiência diária de microagressões e discriminação, levando a altos níveis de stress, sentimentos de rejeição, impotência e humilhação (Kwong, 2020). Igualmente, segundo a revisão crítica de Lee e colaboradores (2021), as microagressões foram reportadas como sendo os motivos principais pelas experiências negativas e o abandono do processo terapêutico. Nestes casos, além das microagressões raciais, foi possível identificar outras atitudes recorrentes, como o daltonismo social, heterossexismo, misoginia, mito da meritocracia e discriminação de classe/classismo.

Lee e colaboradores (2021), também concluíram que em alianças transculturais os/as terapeutas brancos/as muitas vezes não eram capazes de incluir e envolver questões sobre diferenças culturais e sociais com clientes de GSD. A falta de sensibilidade cultural e social por parte do/a profissional, resulta em ruturas na aliança, deixando o/a cliente experienciar sentimentos de abandono e rejeição e acarretando até efeitos iatrogénicos (Kwong, 2020).

Posto isto, nas intervenções transculturais é essencial que os/as profissionais desafiem as suas crenças e vieses, tomando uma postura de humildade cultural e crítica da sua branquitude e como esta pode impactar o processo de intervenção e a experiência do cliente (Lee et al., 2021). Ademais, o/a profissional deve criar um ambiente onde o/a cliente tenha oportunidade de expor como o racismo e a discriminação afetam o seu quotidiano e o seu bem-estar (Kwong, 2020), o que envolve conforto cultural. Tal implica desenvolver, consciência crítica que permite consciencializar e perceber corretamente as diferenças culturais nas histórias de vida dos clientes, assim como, a competência de

negociar e trabalhar com valores e atitudes des/semelhantes que possam existir entre o/a cliente e o/a profissional, e o potencial de trabalhar de uma forma colaborativa e efetiva com a presença destas diferenças (Brown et al., 2019).

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral explorar a associação entre a consciência crítica e crenças meritocráticas, e adicionalmente compreender o seu impacto na sensibilidade multicultural e capacidade de detetar microagressões em estudantes e profissionais de áreas de intervenção social. Pretende-se contribuir a avaliação da sensibilidade multicultural nos/nas profissionais de intervenção social portugueses/as, acrescentar conhecimento sobre os fatores associados à capacidade de detetar microagressões e realçar a importância da transformação do ensino e formação destes/as profissionais no sentido de integrar competências multiculturais na intervenção com GSD.

Consideram-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Espera-se que níveis superiores de preferência e crenças meritocráticas estejam associados a níveis inferiores de consciência crítica.

H2: Espera-se que níveis superiores de consciência crítica e níveis inferiores de preferência e crenças meritocráticas estejam associados a maior capacidade de detetar microagressões e sensibilidade cultural.

H3: Espera-se que níveis superiores de participação em movimentos ativistas estejam associados a níveis superiores de consciência crítica e níveis inferiores de preferência e crenças meritocráticas.

H4: Espera-se que a associação entre a consciência crítica sobre as desigualdade sociais e a capacidade de detetar microagressões sejam moderadas pela baixa adesão e crenças meritocráticas.

Método

Participantes

O presente estudo inclui uma amostra constituída por profissionais e estudantes de áreas de intervenção social (e.g. psicologia, serviço social, educação, reabilitação, direito, entre outros). De forma a garantir a qualidade dos dados recolhidos, dos/as 161 participantes que responderam ao protocolo, foram excluídos os/as participantes que responderam a menos de 70% do questionário, e que deixaram mais que 4 respostas omissas nas escalas relevantes para este estudo, como resultante restaram na amostra final 64 participantes.

Assim, a amostra constituída por 64 participantes, com idades compreendidas entre os 19 e os 56 anos ($M = 29.53$, $DP = 18.82$), 49 (76.6%) identificam-se como do género feminino, 10 (15.6%) do género masculino, 2 (3.1%) como não-binárias e 1 (1.6%) com a opção “outro”. A respeito da identificação étnico-racial, uma expressiva maioria (52; 81.3%) dos/as participantes identifica-se como branca. A maioria dos/das participantes (25; 39.1%) finalizaram o secundário (12º ano) ou a licenciatura (23; 35.9%) e têm como área de formação a psicologia (32; 50%) e serviço social (7; 10.9%). Para os 37 (23.7%) participantes que forneceram informação sobre o rendimento familiar anual este varia entre os 89.00€ a 5000.00€ ($M = 2010.78€$). Em relação ao estatuto social subjetivo a maioria, (17; 26.6%) referiu ter um estatuto social médio.

Quarenta e dois participantes (65.6%) referem identificar-se com causas sociais, mas referem não participar ativamente, 10 (15.6%) referem participar ativamente e 12 (18.8%) não se identificam com nenhuma causa ativista. Sobre a relação/interação com pessoas de outras culturas, a maioria (23; 35.9%) respondeu ter pouca interação e 19 (29.7%) indicaram que pelo menos um das pessoas era seu/sua amigo/a.

Procedimentos

Previamente ao início desta investigação e elaboração do protocolo, foi solicitado a autorização por parte dos/as autores/as dos instrumentos para a sua utilização, tendo como base código ético e deontológico. Os instrumentos que se não se encontravam validados para a população portuguesa como a *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM; Shin et al., 2016) e a *Perceptions Meritocracy Exists Scale* (PME; Son Hing et al., 2011), foram traduzidas de inglês para português, retrovertidas e testadas em grupos de reflexão. A recolha de dados realizou-se através da plataforma online *Qualtrics*, e o protocolo foi partilhado através de um *link* em redes sociais, através de contactos da equipa de investigação, foi divulgada a diferentes universidades e foram também distribuídos panfletos.

No protocolo, antes do preenchimento do inquérito, foi proporcionado aos/às participantes os objetivos e informações sobre o estudo e, nomeadamente, um consentimento informado. Este compreendeu de uma forma breve e clara os procedimentos do estudo, o método de tratamento de dados, incluindo as questões de confidencialidade e privacidade, sobre a participação voluntária e possível desistência sem qualquer consequência. E, de forma a controlar a privacidade e garantir o anonimato, não foram

questionadas ou recolhidas quaisquer informações que identifiquem ou comprometam a identidade dos/as participantes. Para garantir a proteção da privacidade, apenas a equipa de investigação responsável teve acesso à base de dados, que foi armazenada em suporte físico. Os/as participantes foram também, informados sobre a aprovação do estudo pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica, e foram acrescentados os contactos de email para questões adicionais que podiam surgir com a participação.

Instrumentos

Para avaliar os níveis de consciência crítica foram selecionadas três medidas: a *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM; Shin et al., 2016), *Short Critical Scale* (ShoCCS; Diemer et al., 2020; tradução e adaptação de Lídia M. Almeida & Joaquim A. Ferreira, 2020), que mediram a consciência crítica nas dimensões do racismo, classismo, heterossexismo e ação crítica, e por fim, uma das escalas do Inventário de Desigualdade Percebida (IDP-R; Moreira et al., 2018; *Versão de Investigação Reduzida*), que mediu a consciência crítica sobre as várias facetas da desigualdade social ao nível económico, mobilidade social, diferenças do estatuto social subjetivo e na proteção social.

Relativamente às crenças meritocráticas, foram utilizadas duas escalas, a *Perceptions Meritocracy Exists Scale* (PME; Son Hing et al., 2011), que avalia a preferência por uma retribuição proporcional ao esforço e ao mérito e a subescala do IDP-R relativa à mobilidade social, para aceder à crença no funcionamento meritocrático da sociedade.

Assim, o protocolo incluiu os seguintes instrumentos de avaliação:

O **Questionário Sociodemográfico**, um questionário de autorresposta que engloba questões de escolha múltipla e questões de resposta aberta, relacionadas com a informação sociodemográfica dos/as participantes como a idade, sexo, género, nacionalidade, origem étnica, rendimentos e despesas médias mensais, nível socioeconómico, habilitações académicas, área de formação, profissão/ocupação, estado civil, orientação sexual e dados relacionados com o agregado familiar.

Este questionário também é composto por um conjunto de questões que permite recolher informação direcionadas à ideologia política, sobre a participação e interesse em causas ativistas, e a relação e a proximidade dos/as participantes com sujeitos de outras culturas.

Contemporary Critical Consciousness Measure (CCCM; Shin et al., 2016), escala constituída por 19 itens, e permite avaliar a consciência crítica associada às dimensões do racismo (4 itens) (e.g. “Todos os brancos recebem privilégios injustos na sociedade portuguesa.”), ao classismo (9 itens) (e.g. “Os apoios sociais dão às pessoas pobres uma desculpa para não trabalharem.”) e ao heterossexismo (6 itens) (e.g. “A discriminação contra pessoas LGBTQ+ continua a ser um problema significativo em Portugal.”). Utiliza uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, que varia entre 1 (“Discordo Fortemente”) a 7 (“Concordo Fortemente”), sendo que utilizando um somatório, os resultados indicam que quanto maior a pontuação obtida em cada dimensão, maior são os níveis a consciência crítica (Shin et al., 2016). Em relação à consistência interna, a escala foi dividida pelas suas dimensões, sendo que a dimensão do racismo apresenta níveis adequados de consistência interna com um alfa de *Cronbach* de .73. A dimensão do classismo apresenta uma elevada consistência interna, sendo que o alfa de *Cronbach* é de .89. E a dimensão do heterossexismo com níveis adequados de consistência interna, com um alfa de *Cronbach* de .84.

A **Short Critical Scale (ShoCCS;** Diemer et al., 2020; tradução e adaptação de Lídia M. Almeida & Joaquim A. Ferreira, 2020) engloba 13 itens, e tem como objetivo avaliar consciência crítica, é composta por três subescalas: reflexão crítica (4 itens) que avalia a análise crítica sobre as desigualdades socioeconómicas, étnicas e de género, a motivação crítica (4 itens) mede a capacidade percebida e o compromisso de impor a mudança social e a ação crítica (5 itens) avalia a participação na ação social e política para mudar as desigualdades percebidas (e.g. “Participei num grupo ou organização de defesa dos direitos humanos.”).

Este instrumento utiliza uma escala do tipo *Likert* de seis pontos, que varia entre 1 (“Discordo Fortemente”) a 6 (“Concordo Fortemente”) e para a subescala da ação crítica entre 1 (“Nunca fiz isso”), 2 (“Uma ou duas vezes no último ano”), 3 (“Uma vez em alguns meses”), 4 (“Pelo menos uma vez por mês”), 5 (“Pelo menos uma vez por semana”) sendo que a soma dos resultados indica que quanto maior a pontuação obtida, maior são os níveis de ação crítica. No presente estudo foi apenas utilizada a subescala da ação crítica, esta apresenta níveis adequados de consistência interna com um alfa de *Cronbach* de .88.

A **Perceptions Meritocracy Exists Scale (PME;** Son Hing et al., 2011) é uma escala constituída por 11 itens, e permite avaliar em que medida os/as participantes percecionam a sociedade como sendo cumpridora do princípio do mérito e até que ponto

os/as participantes acreditam que existe igualdade de oportunidades na vida para todos os sujeitos da sociedade (e.g. “As pessoas que trabalham arduamente devem ter mais oportunidades de progredir profissionalmente.”). Recorre-se à média dos resultados para avaliar a preferência meritocrática dos/as participantes. Este instrumento utiliza uma escala no formato *Likert* de sete pontos, que varia entre 1 (“Discordo Fortemente”) a 7 (“Concordo Fortemente”). Para a amostra em estudo, esta escala apresenta níveis adequados de consistência interna com um alfa de *Cronbach* de .75.

O ***Inventário de Desigualdade Percebida*** (IDP-R; Moreira, et al., 2018; *Versão de Investigação Reduzida*) constituída por 60 itens, dividida por duas partes onde 31 itens avaliam numa experiência pessoal e os restantes 29 itens avaliam a perceção nacional. Os itens procuram representar e operacionalizar as diferentes dimensões do fenómeno da desigualdade: (9 itens), poder de compra e qualidade de vida (5 itens), distribuição de riqueza e retaguarda percebidos (11 itens), proteção social e justiça percebidos (10 itens), estatuto social e justiça percebidos (16 itens), e mobilidade social e controlo percebidos (10 itens).

Este instrumento utiliza um somatório para analisar os resultados e uma escala do tipo *Likert* de seis pontos, que varia entre 1 (“Discordo Totalmente”) a 6 (“Concordo Totalmente”) (Moreira et. al., 2018). No presente estudo foi apenas utilizada a subescala que avalia a perceção nacional, (e.g. “Nem todas as pessoas têm pais e/ou familiares com capacidade económica para ajudar nas suas despesas.”) e dimensão da mobilidade social (e.g. “A condição económica limita as oportunidades de ascender/“subir” socialmente.”), e esta subescala apresenta uma elevada consistência interna, sendo que o alfa de *Cronbach* é de .93.

Capacidade de Detetar Microagressões e Sensibilidade Multicultural (Cabral, Ribeiro, Maia, 2022) uma escala desenvolvida no âmbito do presente estudo com o objetivo de avaliar a capacidade deteção de microagressões e a sensibilidade multicultural, onde foram construídos dois cenários hipotéticos num contexto terapêutico, onde eram descritas microagressões étnico-raciais (e.g. “Quando olho para si, não vejo a sua cor (...)”) e classistas (e.g. “Às vezes é uma questão de gestão, com alguma poupança será que conseguiria?”) no discurso do terapeuta. Este instrumento avalia também a sensibilidade multicultural étnico-racial (e.g. “Mostrar a capacidade de reconhecer que as atitudes racistas estão presentes na sociedade.”) e socioeconómica (e.g. “Aprofundar a relação da paciente com o dinheiro e as suas preocupações com a sua condição

financeira.”). Recorre-se à média dos resultados para avaliar os resultados dos/as participantes. Este instrumento utilizou uma escala do tipo *Likert* de seis pontos que variaram entre 1 (“Nada sensível”) a 6 (“Muito sensível”) e nos itens que avaliaram a sensibilidade multicultural, variaram entre 1 (“Nada relevante”) a 6 (“Muito relevante”).

A escala respetiva a capacidade de detetar microagressões étnico-raciais apresenta uma consistência interna positiva com um alfa de *Cronbach* de .92, e relativamente à capacidade de detetar microagressões socioeconómicas, esta apresenta uma consistência interna adequada com um alfa de *Cronbach* de .91. A escala respetiva à sensibilidade étnico-racial mostra uma elevada consistência interna com um alfa *Cronbach* de .92 e igualmente a escala de sensibilidade socioeconómica apresenta uma boa consistência interna com um alfa de *Cronbach* de .89.

Análise Estatística de Dados

Considerando a natureza quantitativa do presente estudo, a análise e tratamento dos dados envolveu o recurso ao *software IBM SPSS Statistics para Windows*, versão 28. Foram realizadas análises descritivas e testes de diferenças T de *Student* para a caracterização da amostra e das variáveis em estudo e análises de correlação. Para testar o efeito moderador das crenças meritocráticas, na associação entre a consciência crítica e a deteção de microagressões e a sensibilidade multicultural foi utilizada a macro *Process*, versão 4,1 (Hayes, 2021).

Resultados

Análise descritivas preliminares

Na Tabela 1 e 2 encontram-se os dados descritivos das variáveis da capacidade de detetar de microagressões étnico-raciais e classistas e a sensibilidade multicultural étnico-racial e socioeconómica.

Em relação à dimensão da deteção de microagressões ($t(60) = -2.42, p < .001$) e a dimensão da sensibilidade multicultural ($t(62) = .30, p < .001$), verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre as duas dimensões. Na dimensão de microagressões étnico-raciais e sensibilidade étnico-racial ($t(62) = -5.84, p = .022$), verificam-se diferenças estatisticamente significativas, contudo não se observaram diferenças estatisticamente

significativas na dimensão das microagressões socioeconómicas e sensibilidade socioeconómicas ($t(60) = -3.44, p = .089$).

Tabela 1

Teste t-Student com as variáveis da capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade multicultural

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Deteção Microagressões	-.30	.97	-2.42	.001
Sensibilidade Multicultural	.04	1.00	.30	.001

Tabela 2

Teste t-Student com as subescalas das variáveis da capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade multicultural

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Microagressões étnico-raciais e Sensibilidade étnico-racial	-1.08	1.50	-5.84	.022
Microagressões socioeconómicas e Sensibilidade socioeconómicas	-.74	1.68	-3.44	.089

Análises de Correlação

Em relação à hipótese 1, “*espera-se que níveis superiores de preferência e crenças meritocráticas estejam associados a níveis inferiores de consciência crítica*”, realizaram-se análises de correlação entre as variáveis crença e preferência meritocrática e as variáveis da consciência crítica (CC) - sobre as desigualdades sociais; sobre o racismo, o classismo e o heterossexismo e variável ação crítica.

Verificou-se uma correlação estatisticamente significativa, negativa e moderada baixa, entre a preferência meritocrática e a consciência crítica sobre o classismo. Níveis inferiores de preferência meritocrática estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica sobre o classismo, e vice-versa. Porém, não foram observadas

correlações estatisticamente significativas entre a preferência meritocrática e consciência crítica associada ao racismo, heterossexismo ou ação crítica

Verificam-se também correlações positivas e moderadas, entre baixas crenças meritocráticas e a consciência crítica associada ao racismo, heterossexismo, classismo e ação crítica, e uma correlação positiva e forte, com a consciência crítica sobre as desigualdades sociais. Níveis inferiores de crenças meritocráticas estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica sobre o racismo, heterossexismo, classismo e ação crítica, e sobre desigualdades sociais, e vice-versa

Tabela 3

Correlações bivariadas entre a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica

Variáveis	Preferência Meritocrática	Baixas Crenças Meritocráticas
CC Desigualdades Sociais	-.155	.716**
CC Racismo	.041	.554**
CC Classismo	-.459**	.286*
CC Heterossexismo	-.038	.313*
Ação Crítica	.222	.270*

Nota. $p < .05^*$, $p < .01^{**}$.

Relativamente à hipótese 2, “*espera-se que níveis superiores de consciência crítica e níveis inferiores de preferência e crenças meritocráticas estejam associados a maior capacidade de detetar microagressões e sensibilidade cultural*”, realizaram-se análises de correlação.

É possível observar uma correlação significativa, positiva e moderada, entre a capacidade de detetar microagressões étnico-raciais e a consciência crítica do racismo e uma correlação positiva e forte com a consciência crítica do classismo. Verifica-se ainda uma correlação positiva e fraca entre a deteção de microagressões étnico-raciais e a consciência crítica das desigualdades sociais e baixas crenças meritocráticas. Assume-se que níveis superiores de deteção de microagressões étnico-raciais estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica do racismo, do classismo e das desigualdades sociais.

No que se refere, à capacidade de detetar microagressões socioeconómicas, foi possível observar uma correlação significativa, positiva e moderada alta, com a variável da consciência crítica do classismo e uma correlação negativa e moderada, com a variável da ação crítica. Ou seja, níveis superiores de deteção de microagressões classistas estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica sobre o classismo e níveis inferiores de ação crítica.

A variável da sensibilidade étnico-racial tem uma correlação significativa, positiva e moderada, com a consciência crítica sobre o racismo, heterossexismo, classismo e as desigualdades sociais. Assume-se que níveis superiores de sensibilidade multicultural étnico-racial estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica sobre o racismo, heterossexismo, classismo e as desigualdades sociais. Por fim, verifica-se correlações significativas, positiva e moderada, entre a sensibilidade multicultural socioeconómica e a consciência crítica do heterossexismo e das desigualdades sociais. Admite-se que níveis superiores de sensibilidade multicultural socioeconómico estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica do heterossexismo e das desigualdades sociais.

Não foram observadas correlações estatisticamente significativas entre a ação crítica, a preferência meritocrática e a capacidade de detetar microagressões e de sensibilidade multicultural, e não foram observadas correlações entre baixas crenças meritocráticas e a capacidade de detetar microagressões socioeconómicas.

Tabela 4

Correlações bivariadas entre a capacidade de detetar microagressões e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica

Variáveis	Deteção de microagressões étnico-raciais	Deteção de microagressões socioeconómicas
Preferência Meritocrática	-.207	-.235
Baixas Crenças Meritocráticas	.251	.145
CC Desigualdades Sociais	.344**	.232
CC Racismo	.311*	.125
CC Classismo	.535**	.467**

CC Heterossexismo	.088	-.076
Ação Crítica	-.092	-.299*

Nota. $p < .05^$, $p < .01^{**}$.*

Tabela 5

Correlações bivariadas entre a sensibilidade multicultural e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica

Variáveis	Sensibilidade multicultural étnico-racial	Sensibilidade multicultural socioeconómicas
Preferência Meritocrática	.076	.240
Baixas Crenças Meritocráticas	.226	.229
CC Desigualdades Sociais	.337**	.448**
CC Racismo	.444**	.211
CC Classismo	.263*	.238
CC Heterossexismo	.482**	.417**
Ação Crítica	.073	.109

Nota. $p < .05^$, $p < .01^{**}$.*

A respeito à hipótese 3, “*espera-se que níveis superiores de participação em movimentos ativistas estejam associados a níveis superiores de consciência crítica e níveis inferiores de preferência e crenças meritocráticas*”, realizaram-se também análises de correlação.

Verifica-se uma correlação estatisticamente significativa, negativa e moderada, entre a participação em movimentos ativistas e a preferência meritocrática. Assume-se que níveis superiores de participação em causas ativistas estão correlacionados com níveis superiores de consciência crítica sobre o classismo, heterossexismo e ação crítica e baixas crenças meritocráticas.

Não foram observadas correlações significativas entre a participação em movimentos ativistas e a preferência meritocrática, consciência crítica sobre desigualdades sociais e o racismo.

Tabela 6

Correlações bivariadas entre a participação em movimentos ativistas e a preferência e crenças meritocráticas e as dimensões da consciência crítica

Variáveis	Participação em movimentos ativistas
Preferência Meritocrática	-.206
Baixas Crenças Meritocráticas	.296**
CC Desigualdades Sociais	.192
CC Racismo	.179
CC Classismo	.233*
CC Heterossexismo	.297**
Ação Crítica	.320**

Nota. $p < .05^*$, $p < .01^{**}$.

Análises de moderação

De modo a testar a hipótese 4, “*espera-se que a associação entre a consciência crítica sobre as desigualdades sociais e a capacidade de detetar microagressões sejam moderadas pela baixa adesão e crenças meritocráticas*”, realizaram-se análises de moderação, testando o efeito moderador das baixas crenças meritocráticas na associação entre a consciência crítica sobre a desigualdade social e a capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade multicultural.

Verificou-se que o modelo de moderação para a deteção de microagressões étnico-raciais é estatisticamente significativo e explica 17,1% da variância ($R^2 = .171$, $F(3.59) = 4.05$, $p = 0.10$). Embora o efeito global de interação não seja globalmente significativo, a análise dos efeitos condicionais por nível da variável moderadora (crenças meritocráticas), revela um efeito de interação significativo no caso da baixa crença meritocrática ($b = 0.94$, $SE = 0.35$, $p = .010$, IC [0.23, 1.64]), confirma-se que para esta condição o aumento de consciência crítica das desigualdades sociais aumenta significativamente a capacidade de detetar microagressões raciais (figura 1).

O modelo da moderação para a sensibilidade socioeconómica é também estatisticamente significativo e explica 22,1% da variância ($R^2 = .221$, $F(3.58) = 5.50$, $p = 0.02$). A análise dos efeitos condicionais por nível da variável moderadora (crenças meritocráticas), revela um efeito de interação significativo na condição de baixas crenças meritocráticas ($b = 0.88$, $SE = 0.26$, $p = .001$, IC [0.36, 1.40]), verifica-se que o aumento de consciência crítica das desigualdades sociais aumenta significativamente a sensibilidade

socioeconómica (figura 2). Os modelos de moderação que procuravam prever a capacidade de deteção de microagressões classistas ($R^2 = 0.10$, $F(3.56) = 2.04$, $p = .120$) e a sensibilidade étnico-racial ($R^2 = .122$, $F(3.58) = 2.70$, $p = .054$) não foram estatisticamente significativos.

Figura 1.

Representação gráfica do efeito de moderação na deteção de microagressões étnico-raciais

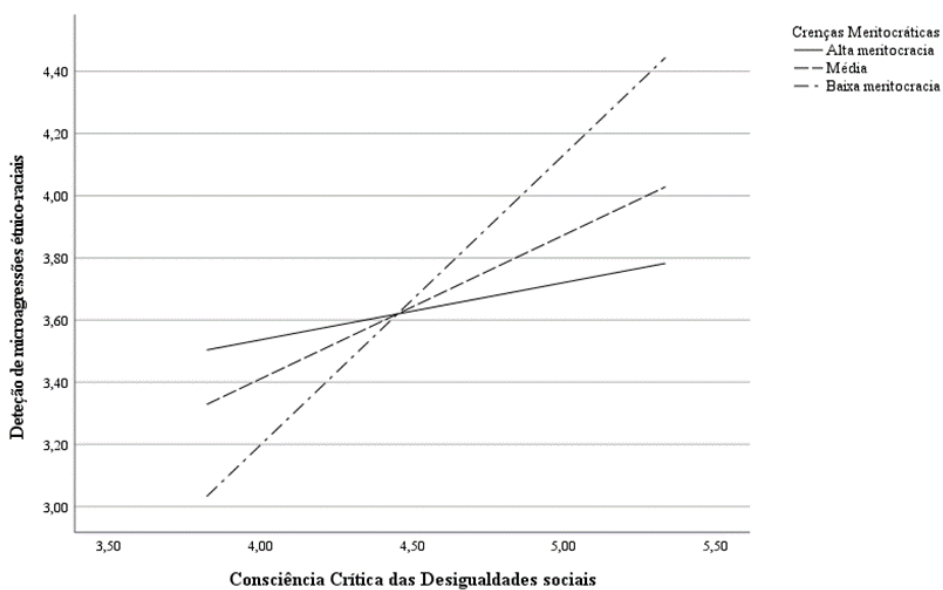
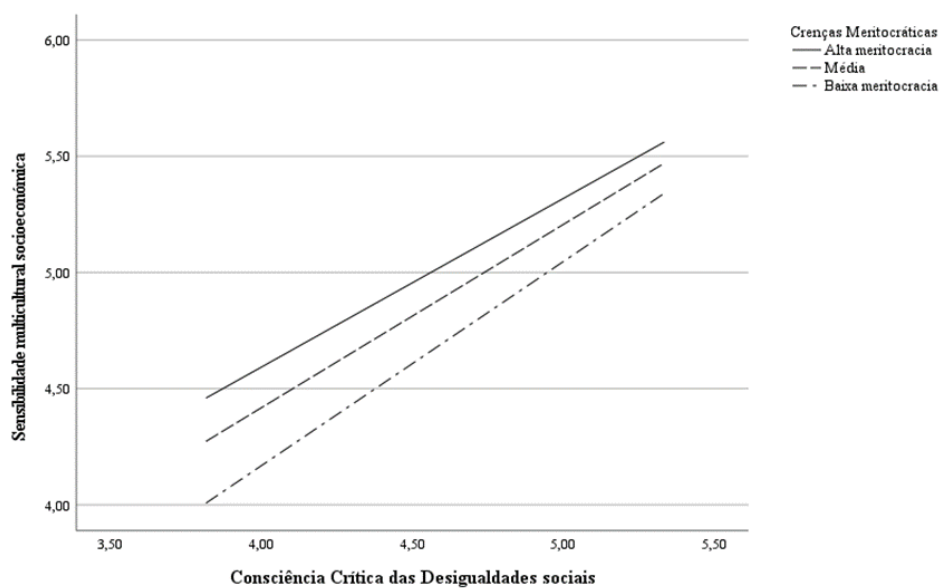


Figura 2.

Representação gráfica do efeito de moderação na sensibilidade multicultural socioeconómica



Discussão

Na atualidade, as comunidades científicas têm vindo a aumentar o seu conhecimento sobre as experiências de discriminação e desigualdade, com modelos de intervenção mais inclusivos abrangendo competências multiculturais, que permitem aos/às profissionais reconhecerem a interseccionalidade das dificuldades dos seus/suas clientes (Godfrey & Wolf, 2016). Em simultâneo, a diversidade cultural em Portugal tem aumentado nas últimas décadas, tornando a sociedade portuguesa uma sociedade multicultural.

Contudo, mesmo sendo um país com tradição de acolher imigrantes e diversificado, as crenças e atitudes racistas e discriminatórias continuam a estar presentes no seu quotidiano. Para mais, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), Portugal continua a ser um dos países com os maiores níveis de pobreza em relação aos outros países europeus. A investigação demonstra ainda que as pessoas de GSD continuam a ser vítimas de atos hostis e preconceituosos, que têm um impacto negativo no bem-estar subjetivo aumentando o risco do desenvolvimento de problemas de saúde mental (Jemal, 2017).

Assim, é essencial que as áreas de intervenção social promovam a compreensão e reconhecimento de microagressões, estas referem-se a comentários, comportamentos e atitudes negativas e derogatórios direcionados a grupos marginalizados e outras minorias,

estas incluem invalidações de emoções, pensamentos e acontecimentos, insultos comportamentais ou verbais e agressões claras e evidentes (Weber et al., 2017; Sue et al., 2007). Para além da literatura evidenciar que existe uma associação significativa entre o bem-estar e a saúde-mental das minorias e a experiência diária de microagressões e discriminação (Kwong, 2020), a investigação também aponta que as microagressões têm um papel marcante na manutenção e no reforço dos sistemas opressivos sociais (Skinner-Dorkenoo et al., 2021)

De acordo com Skinner-Dorkenoo e colaboradores (2021), as microagressões fortalecem as crenças da supremacia branca, ao implementarem a identidade branca (e.g. características físicas, linguagem e costumes) como o *ideal* ou *normal*, diferenciarem os grupos marginalizados dos grupos privilegiados e justificarem e protegerem os sistemas opressivos (e.g. crenças meritocráticas e *color blindness*).

De forma a remediar e mitigar o impacto das microagressões e com a intenção de *desmantelar* as estruturas discriminatórias, a literatura considera a consciência crítica como um recurso e fator protetor para as pessoas e para os serviços de apoio social contra o impacto negativo das microagressões. Como já foi referido anteriormente, a consciência crítica permite quer aos/às profissionais e às pessoas serem responsáveis pelas suas ações e atitudes, e proativos pela mudança da desconstrução de ideais discriminatórios (Marchand et al., 2019). Facilita a prevenção e identificação de microagressões, insultos e outras potenciais reações que possam prejudicar o bem-estar de pessoas de GSD (Kline et al., 2018) e permite o/a profissional ter um conhecimento vasto e inclusivo sobre as variáveis e diferenças culturais, incluindo ao nível da linguagem e outras variáveis socialmente construídas (Cadenas et al., 2020).

Com interesse e perceção do impacto das microagressões e das crenças e atitudes discriminatória resulta a necessidade de desenvolver e promover recursos e respostas integradas de forma a intervir nos efeitos e consequências das desigualdades, criando espaços mais inclusivos e igualitários para as pessoas de GSD.

Posto isto, o presente estudo teve como objetivo analisar a associação entre a consciência crítica e as crenças meritocráticas e o seu impacto na sensibilidade multicultural e na capacidade de detetar microagressões em estudantes e profissionais de áreas de intervenção social. Pretende-se contribuir na avaliação da sensibilidade multicultural nos/nas profissionais de intervenção social portugueses/as, acrescentar conhecimento sobre os fatores associados à capacidade de detetar microagressões e realçar

a importância da transformação do ensino e formação destes/as profissionais no sentido de integrar competências multiculturais na intervenção com GSD.

Com os resultados obtidos neste estudo, foi possível confirmar as quatro hipóteses, e de uma forma geral foi possível confirmar que existem associações significativas entre a preferência e crenças meritocráticas com a consciência crítica. Os/as participantes que apresentavam níveis inferiores de preferência meritocrática, parecem ter mais facilidade em ter consciência crítica sobre o classismo. Da mesma forma, baixas crenças meritocráticas estão associadas a níveis elevados de consciência crítica sobre as desigualdades e as suas dimensões como o racismo, heterossexismo, classismo e a ação crítica. É essencial anotar que, os itens da escala de preferência meritocrática podem ter levado aos/às participantes a pontuarem o “desejo de uma sociedade justa” ao contrário de acreditarem que vivemos numa sociedade meritocrática. Logo, a falta de associações significativas entre a preferência meritocrática e dimensões do racismo, heterossexismo e ação crítica podem ser justificadas pela formulação dos itens da escala.

Os resultados confirmam também associações significativas entre a capacidade de detetar microagressões e a consciência crítica e a preferência e crenças meritocráticas. Sendo possível concluir que, a capacidade de detetar microagressões étnico-raciais e classistas aumenta em função do aumento da consciência crítica, relativa às desigualdades sociais e ao classismo, respetivamente, no caso de uma baixa crença meritocrática, embora apenas no caso da deteção das microagressões étnico-raciais.

As sensibilidades étnico-racial e socioeconómica mostraram-se fortemente associadas a níveis superiores de consciência crítica sobre as desigualdades sociais. Mas, os resultados também apontam que não foram registadas associações entre a preferência e crenças meritocráticas e a capacidade de detetar microagressões ou com sensibilidade multicultural. Não obstante, verifica-se que as crenças meritocráticas têm um papel moderador na associação entre a consciência crítica e a capacidade de detetar microagressões étnico-raciais, sendo que o efeito da consciência crítica vai aumentando à medida que diminuem as crenças meritocráticas, facilitando assim, a deteção de microagressões. De uma forma semelhante, as crenças meritocráticas apresentaram um papel moderador entre a consciência crítica das desigualdade sociais e a sensibilidade multicultural socioeconómica. Neste caso, no entanto, verifica-se que a sensibilidade aumenta à medida que a crença meritocrática aumenta. Ainda assim, verifica-se um maior

impacto relativo da consciência crítica na sensibilidade socioeconómica no caso da baixa crença meritocrática.

Estes resultados vão de acordo com a literatura, defendendo que a competência da consciência crítica permite que as pessoas tenham mais conhecimento sobre as desigualdades sociais. Porém, é possível observar que os/as participantes não reconhecem a interseccionalidade entre as desigualdades socioeconómicas e as desigualdades étnico-raciais, ou seja, que as desigualdades socioeconómicas na maioria estão interligadas com as desigualdades étnico-raciais (Hernández et al., 2005). A investigação explica que quanto menos as pessoas percebem e aprendem sobre a sua opressão, mais a tolerância e aceitação pela desigualdade aumenta (Shakur, 2001). Percebemos que no caso das dimensões étnico-raciais, as crenças meritocráticas *reprimem* os efeitos da consciência crítica. Este resultado pode ser explicado pela teoria de justificação do sistema. A teoria defende que algumas pessoas tendem a acreditar que existe uma razão justa e imparcial para justificar o estatuto social de cada pessoa e na ideia de que a sociedade opera sobre um sistema justo e igualitário, e que cada pessoa é individualmente responsável pela sua posição na sociedade, negando o efeito das desigualdades étnico-raciais, estruturais e políticas (Godfrey & Wolf, 2016). Esta abordagem está interligada com o mito da meritocracia.

Por fim, foi ainda observado que a participação em movimentos ativistas parece promover níveis superiores de consciência crítica sobre o classismo, heterossexismo e mais baixas crenças meritocráticas. Não foram, no entanto, observadas associações entre a participação em movimentos ativistas e a consciência crítica sobre o racismo.

Os resultados sugerem que os/as participantes tiveram mais facilidade em reconhecer as desigualdades que afetam o grupo a qual pertencem, sendo que a maioria dos/as participantes se identificam como brancos, com um estatuto social médio e heterossexuais, estes tiveram mais facilidade em apresentar níveis superiores de consciência crítica sobre desigualdades socioeconómicas, como o classismo, e igualmente, tiveram mais facilidade em detetar microagressões classistas na sensibilidade socioeconómica. Estes resultados vão de acordo com a literatura e investigação que defende que as pessoas tendem a ter mais consciência e reconhecimento sobre desigualdades que as afetam diretamente (Singh et al., 2020). Segundo a Singh e colaboradores (2020), a ação crítica está significativamente associada com a experiência de

opressão e discriminação, o que sugere que a vivência pessoal de discriminação prediz maior consciência crítica.

Conclusão

Em conclusão, em maior parte, os resultados obtidos foram de acordo com a literatura e foi possível observar associações significativas entre a consciência crítica, as crenças meritocráticas e a capacidade de detetar microagressões. Percebeu-se que a consciência crítica tem um papel importante na capacidade de detetar e identificar microagressões, ao mesmo tempo, foi possível estudar como a consciência crítica diminui o efeito das crenças meritocráticas e vice versa. Ademais, foi possível concluir que existe uma falta de conhecimentos sobre como as desigualdades estão relacionadas, enquanto os/as participantes tiveram mais facilidade em perceber e reconhecer as desigualdades socioeconómicas, o mesmo não foi observado com as dimensões do racismo e heterossexismo. Estes resultados são fundamentais para a inovação da formação de profissionais de intervenção social, de forma a tornar os/as profissionais mais sensíveis e inclusivos/as às diferenças socioculturais, incorporando abordagens transdisciplinares e transculturais, que permitem os/as estudantes e profissionais reconhecer e entender o sofrimento histórico e a injustiça estrutural e institucional que afeta o bem-estar e desempenho das pessoas de GSD (Saleem et al., 2019).

O estudo apresenta limitações que são relevantes para interpretação dos resultados. A recolha de dados tornou-se uma das limitações principais. Apesar de terem sido utilizadas várias formas para partilhar o estudo, a amostra apenas inclui 64 participantes, como consequência os resultados não representam a população geral e existe uma maior probabilidade de haver um viés na fiabilidade dos resultados. Outra limitação refere-se ao tamanho do protocolo, que se tornou muito extenso, levando a várias desistências no início da recolha de dados. A falta de heterogeneidade dos/das participantes também se tornou uma limitação, sendo que não foi possível estudar as diferenças de crenças e atitudes em diferentes estatutos sociais ou de diferentes áreas de intervenção, posto que a maioria dos/as participantes são da classe média, brancos/as e formados/as em psicologia. Por último, na análise dos resultados é preciso ter em conta a desejabilidade social das respostas e a ambiguidade da escala da preferência meritocrática (*Perceptions Meritocracy Exists Scale* ; Son Hing et al., 2011).

Para estudos futuros sugere-se uma replicação do estudo com uma amostra maior e diversificada. Em relação ao protocolo, seria pertinente acrescentar cenários com microagressões sexistas, em retrospectiva este estudo não articulou as desigualdades de género, que podem ter um efeito diferentes com as variáveis da consciência crítica e a capacidade de detetar microagressões.

Referências

- Alang, S. M. (2019). Mental health care among blacks in America: Confronting racism and constructing solutions. *Health Services Research, 54*(2), 346–355. doi: 10.1111/1475-6773.13115
- Bhopal, K. (2020). Confronting White privilege: the importance of intersectionality in the sociology of education. *British Journal of Sociology of Education, 41*(6), 807–816. doi: 10.1080/01425692.2020.1755224
- Bohonos, J. W. (2019). Including critical whiteness studies in the Critical Human Resource Development Family: A proposed theoretical framework. *Adult Education Quarterly, 69*(4), 315–337. doi: 10.1177/0741713619858131
- Brown, J., Wiendels, S., & Eyre, V. (2019). Social justice competencies for counseling and psychotherapy: Perceptions of experienced practitioners and implications for contemporary practice. *Counseling and Psychotherapy Research, 19*(4), 533–543. doi: 10.1002/capr.12247
- Cadenas, G. A., Lynn, N., Li, K. M., Liu, L., Cantú, E. A., Ruth, A., Carroll, S., Kulp, S., & Spence, T. (2020). Racial/Ethnic Minority Community College Students' Critical Consciousness and Social Cognitive Career Outcomes. *The Career Development Quarterly, 68*(4), 302–317. doi: 10.1002/cdq.12238
- Davison, S., Forkert, K., & Grayson, D. (2020). Editorial: Challenging the structures of racism. *Soundings: A journal of politics and culture 75*, 4-12. doi: 10.3898/soun.75.editorial.2020
- Diemer, M. A., Rapa, L. J., Park, C. J., & Perry, J. C. (2016). Development and Validation of the Critical Consciousness Scale. *Youth & Society, 49*(4), 461–483. doi: 10.1177/0044118x14538289
- Godfrey, E. B., & Wolf, S. (2016). Developing critical consciousness or justifying the system? A qualitative analysis of attributions for poverty and wealth among low-income racial/ethnic minority and immigrant women. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology, 22*(1), 93–103. doi: 10.1037/cdp0000048
- Godley, J. (2018, June 30). Everyday Discrimination in Canada: Prevalence and Patterns. *Canadian Journal of Sociology, 43*(2), 111–142. doi: 10.29173/cjs29346

- Hernández, P., Almeida, R., & Dolan-Del Vecchio, K. (2005). Critical Consciousness, Accountability, and Empowerment: Key Processes for Helping Families Heal. *Family Process, 44*(1), 105–119. doi: 10.1111/j.1545-5300.2005.00045.x
- Hess, Y. D., & Ledgerwood, A. (2013). Bolstering system-justifying beliefs in response to social exclusion. *Group Processes & Intergroup Relations, 17*(4), 494–508. doi: 10.1177/1368430213510572
- Jemal, A. (2017). Critical Consciousness: A Critique and Critical Analysis of the Literature. *The Urban Review, 49*(4), 602–626. doi: 10.1007/s11256-017-0411-3
- Kline, M. A., Shamsudheen, R., & Broesch, T. (2018). Variation is the universal: making cultural evolution work in developmental psychology. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences, 373*(1743), 20170059. doi: 10.1098/rstb.2017.0059
- Kwong, K. (2020). Teaching Microaggressions, Identity, and Social Justice: A Reflective, Experiential and Collaborative Pedagogical Approach. *International Journal of Higher Education, 9*(4), 184. doi: 10.5430/ijhe.v9n4p184
- Lee, E., Greenblatt, A., & Hu, R. (2021). A Knowledge Synthesis of Cross-Cultural Psychotherapy Research: A Critical Review. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 52*(6), 511–532. doi: 10.1177/002202212111028911
- Marchand, A. D., Vassar, R. R., Diemer, M. A., & Rowley, S. J. (2019). Integrating Race, Racism, and Critical Consciousness in Black Parents' Engagement With Schools. *Journal of Family Theory & Review, 11*(3), 367–384. doi: 10.1111/jftr.12344
- Melamed, D., Munn, C. W., Barry, L., Montgomery, B., & Okuwobi, O. F. (2019). Status Characteristics, Implicit Bias, and the Production of Racial Inequality. *American Sociological Review, 84*(6), 1013–1036. doi: 10.1177/0003122419879101
- Monjaras-Gaytan, L. Y., Sánchez, B., Anderson, A. J., Garcia-Murillo, Y., McGarity-Palmer, R., de los Reyes, W., Catlett, B. S., & Liao, C. L. (2021). Act, Talk, Reflect, Then Act: The Role of Natural Mentors in The Critical Consciousness of Ethnically/Racially Diverse College Students. *American Journal of Community Psychology, 68*(3–4), 292–309. doi: 10.1002/ajcp.12517

- Moreira, A. R. D. S. C. (2018). Inventário de Desigualdade Percebida (IDP): estudo das qualidades psicométricas (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto (FPCEUP), Porto, Portugal.
- Petts, A. L. (2020). It's All in the Definition: Color-Blind Interpretations of School Diversity. *Sociological Forum*, *35*(2), 465–487. doi: 10.1111/socf.12590
- Saleem, R., Morrill, Z., & Karter, J. M. (2019). Introduction to the Special Issue on Radical Humanism, Critical Consciousness, and Social Change. *Journal of Humanistic Psychology*, *61*(6), 851–860. doi: 10.1177/0022167819878912
- Severs, E., Celis, K., & Erzeel, S. (2016). Power, privilege and disadvantage: Intersectionality theory and political representation. *Politics*, *36*(4), 346–354. doi: 10.1177/0263395716630987
- Shakur, A. (2001). *Assata An Autobiography* (1st ed.). Lawrence Hill Books.
- Shin, R. Q., Ezeofor, I., Smith, L. C., Welch, J. C., & Goodrich, K. M. (2016). The development and validation of the Contemporary Critical Consciousness Measure. *Journal of Counseling Psychology*, *63*(2), 210–223. doi: 10.1037/cou0000137
- Singh, S., Berezin, M. N., Wallach, L. N., B. Godfrey, E., & Javdani, S. (2020). Traumatic Incidents and Experiences of Racism and Sexism: Examining Associations with Components of Critical Consciousness for System-Involved Girls of Color. *American Journal of Community Psychology*, *67*(1–2), 64–75. doi: 10.1002/ajcp.12479
- Skinner-Dorkenoo, A. L., Sarmal, A., Andre, C. J., & Rogbeer, K. G. (2021). How microaggressions reinforce and perpetuate systemic racism in the United States. *Perspectives on Psychological Science*, *16*(5), 903–925. doi: 10.1177/17456916211002543
- Son Hing, L. S., Bobocel, D. R., Zanna, M. P., Garcia, D. M., Gee, S. S., & Oraziotti, K. (2011). The merit of meritocracy. *Journal of Personality and Social Psychology*, *101*(3), 433–450. doi: 10.1037/a0024618
- Sue, D. W., Capodilupo, C. M., Torino, G. C., Bucceri, J. M., Holder, A., Nadal, K. L., & Esquilin, M. (2007). Racial microaggressions in everyday life: Implications for clinical practice. *American Psychologist*, *62*, 271–286. doi: 10.1037/0003-066X.62.4.271

- Wachelke, J. R., Pagliaro Guarato, L. M. M., Ramos Silva, A. B., & Saraiva Vieira, N. R. (2020). Causas da pobreza, meritocracia e igualdade. *Mediaciones Sociales, 19*, e65133. doi: 10.5209/meso.65133
- Weber, A., Collins, S. A., Robinson-Wood, T., Zeko-Underwood, E., & Poindexter, B. (2017). Subtle and Severe: Microaggressions Among Racially Diverse Sexual Minorities. *Journal of Homosexuality, 65*(4), 540–559. doi: 10.1080/00918369.2017.1324679

Anexos

Tabela 1.*Características Sociodemográficas da amostra recolhida*

	N	Média	Mínimo	Máximo	DP
Idade	64	29,53	19	56	10,82
Rendimento Mensal (Euros)	37	2010,78	89	5000	1168,47
		N		%	
Género					
Feminino		49		76,6	
Masculino		10		15,6	
Trans		-		-	
Não Binário		2		3,1	
Queer		-		-	
Outro		1		1,6	
Etnia					
Caucasiana		52		81,3	
Negra		4		6,3	
Não Respondeu		8		12,5	
Escolaridade					
1º Ciclo EB (4ºano)		1		1,6	
2º Ciclo EB (6ºano)		-		-	
3º Ciclo EB (9ºano)		-		-	
Secundário (12ºano)		25		39,1	
Licenciatura		23		35,9	
Mestrado		13		20,3	
Doutoramento		2		3,1	
Pós-Doutoramento		-		-	
Prefiro Não Responder		-		-	
Estatuto Social					
Pessoas que estão em pior situação - têm menos dinheiro, menos formação e menos trabalho/sem emprego		-		-	
2		1		1,6	
3		5		7,8	
4		3		4,7	
5		17		26,6	
6		15		23,4	
7		14		21,9	
8		3		4,7	
9		3		4,7	
Pessoas que estão em melhor situação- têm mais dinheiro, mais formação e mais trabalho/emprego		3		4,7	

Área de Formação		
Psicologia	32	50
Serviço Social	7	10,9
Educação Social	-	-
Animação Social	-	-
Terapia da Fala	-	-
Reabilitação	-	-
Direito	1	1,6
Ensino/Educação	4	6,3
Outra	4	6,3
Ativismo Social		
Sim, e participo ativamente	10	15,6
Sim, mas não participo ativamente	42	65,6
Não me identifico	12	18,8
Relação com Pessoas de Outras Culturas		
Nenhuma	11	17,2
Poucas (1 ou 2)	23	35,9
Algumas (3 ou 5)	17	26,6
Várias (6 ou 10)	8	12,5
Muitas (mais de 10)	5	7,8
Proximidade com Pessoas de Outras Culturas		
Pelo menos uma das pessoas é minha amiga	19	29,7
São meus/minhas colegas de trabalho/ universidade e convivemos regularmente	16	25
São meus/minhas colegas de trabalho/ universidade, mas quase não nos relacionamos	10	15,6
Conheço apenas superficialmente	8	12,5